

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01.** Sobre os direitos fundamentais normatizados na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva CORRETA.

- (A) A liberdade de expressão é um direito social, sendo uma das mais antigas reivindicações dos homens, sendo tal direito exercido apenas por pessoas naturais absolutamente capazes.
- (B) O direito ao mandado de segurança possui natureza fundamental, constituindo uma novidade da Constituição de 1988.
- (C) A liberdade de reunião é condicionada pela exigência de que o encontro não frustre outro, anteriormente convocado para o mesmo local, e impõe que seja dado prévio aviso à autoridade competente, além de ser necessariamente para fins pacíficos e sem armas.
- (D) Não haverá juízo de exceção, a não ser para fins de arbitragem, com amplo consentimento das partes.

**02.** Constitui competência privativa dos Municípios:

- (A) criar, organizar e suprimir distritos, observando a legislação estadual.
- (B) legislar sobre juntas comerciais e o imposto sobre serviço dessas associações.
- (C) legislar sobre radiodifusão em seu território.
- (D) legislar sobre transporte.

**03.** O processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988 compreende como espécies legislativas:

- (A) emendas à constituição, leis complementares, leis ordinárias e súmulas vinculantes.
- (B) emendas à constituição, leis ordinárias, leis delegadas e súmulas vinculantes.
- (C) leis ordinárias, leis delegadas, portaria qualificada e resoluções.
- (D) leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas e resoluções.

**04.** Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- (A) processar e julgar as infrações penais comuns do Procurador-Geral da República.
- (B) a homologação de sentença estrangeira.
- (C) processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados.
- (D) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.

**05.** Um grupo de dez moradores da rua Aníbal, visando debater melhorias para o local, resolvem criar uma associação. É correto afirmar:

- (A) que, para instalarem a associação, precisarão de autorização específica do Município.
- (B) que é possível que a associação possua caráter paramilitar.
- (C) Que, para a instalação da associação, necessitarão ter, no mínimo, vinte integrantes.
- (D) que é vedada a interferência estatal no funcionamento da associação, quando criada.

**06.** Hipoteticamente falando, é possível emendar a Constituição Federal de 1988:

- (A) para alterar a forma federativa de Estado, transformando-se o Brasil em um Estado unitário.
- (B) para tornar facultativo o dever de votar nas eleições presidenciais de 2022.
- (C) mediante proposta de iniciativa popular, pois essa hipótese é diretamente prevista na subseção da CF/88 que trata da emenda à constituição.
- (D) para tornar constitucional a pena de morte pela prática de crimes hediondos.

**07.** Regnoberto ingressou no serviço público municipal em 1993, após ser aprovado em concurso público para assessor técnico da Câmara de Vereadores. Pretende se candidatar a deputado estadual nas vindouras eleições. Caso seja eleito, é correto dizer que Regnoberto:

- (A) deverá se afastar do cargo efetivo, e seu tempo de serviço, enquanto deputado, será computado para todos os efeitos legais.
- (B) deverá se afastar do cargo efetivo, porém seu tempo de serviço, enquanto deputado, não será computado para promoção por merecimento.
- (C) deverá se afastar do cargo efetivo, porém ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.
- (D) havendo compatibilidade de horários, poderá acumular o exercício do cargo efetivo com o exercício do mandato.

**08.** Leia o texto e assinale a alternativa correta.

*STF declara inconstitucionalidade de dispositivo federal que disciplina uso do amianto crisotila*

*Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente, na sessão desta quinta-feira (24), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3937, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei 12.687/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto no território estadual.*

*Os ministros também declararam, incidentalmente\*, a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal 9.055/1995, que permitia a extração, industrialização, comercialização e a distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no País. Assim, com o julgamento da ADI 3937, o Supremo julgou inconstitucional o dispositivo da norma federal que autoriza o uso dessa modalidade de amianto e assentou a validade da norma estadual que proíbe o uso de qualquer tipo.*

*Em outubro de 2012, quando o julgamento da matéria teve início, o relator da ADI, ministro Marco Aurélio, votou pela procedência da ação, ou seja, considerando inconstitucional a lei paulista por inadequação com o artigo 2º da Lei 9.055/1995, dispositivo que ele entende ser constitucional.*

*Naquela ocasião, o ministro Ayres Britto (aposentado) se pronunciou de forma contrária, votando pela improcedência da ADI. Em 10 de agosto deste ano, o ministro Dias Toffoli também votou pela improcedência (leia a íntegra do voto), mas também declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da regra federal. Segundo Toffoli, o dispositivo em questão, diante da alteração dos fatos e conhecimento científico sobre o tema, no momento atual, não mais se compatibiliza com a Constituição Federal de 1988.*

*(<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=353599&caixaBusca=N>)*

De acordo com o texto anterior, é correto afirmar que a teoria que embasou a declaração incidental da inconstitucionalidade da Lei Federal nº 9.055/95 no julgamento da ADI 3937/SP é a:

- (A) Teoria da mutação constitucional.
- (B) Teoria da transcendência dos motivos determinantes.
- (C) Teoria da inconstitucionalidade superveniente, em sua acepção moderna.
- (D) Teoria da inconstitucionalidade por arrastamento.

**09.** Considere a seguinte situação: O Presidente da República e seu Vice-Presidente falecem em trágico acidente de avião, poucos dias depois de iniciados seus mandatos. O cargo de Presidente da República é declarado vago. Nessa situação:

- (A) o Presidente da Câmara de Deputados assumirá interinamente a Presidência da República e deverá convocar novas eleições diretas, no prazo de noventa dias.
- (B) o Presidente do Senado Federal assumirá interinamente a Presidência da República e deverá convocar novas eleições diretas, no prazo de noventa dias.
- (C) o Presidente da Câmara de Deputados assumirá interinamente a Presidência da República e deverá convocar eleições no prazo de trinta dias, na qual votarão os membros do Congresso Nacional.
- (D) o Presidente do Senado Federal assumirá interinamente a Presidência da República, e deverá convocar eleições no prazo de trinta dias, na qual votarão os membros do Congresso Nacional.

**10.** É correto dizer que o julgamento do Presidente da República será conduzido:

- (A) pelo Senado Federal, para crimes comuns e crimes de responsabilidade.
- (B) pelo Senado Federal, para crimes comuns, e pelo Supremo Tribunal Federal, para crimes de responsabilidade.
- (C) pelo Supremo Tribunal Federal, para crimes comuns, e pelo Senado Federal, para crimes de responsabilidade.
- (D) pelo Supremo Tribunal Federal, para crimes comuns e crimes de responsabilidade.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

**11.** Com base no disposto na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, identifique a opção que contraria as determinações do diploma normativo em apreço.

- (A) A Procuradoria Geral do Município é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativas e jurisdicional no âmbito do Município, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo responsável, em toda a sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele.
- (B) A Procuradoria Geral do Município goza de autonomia administrativa, com dotações orçamentárias próprias.
- (C) O Procurador-Geral Adjunto será nomeado, em comissão, pelo Prefeito Municipal, dentre procuradores de carreira da PGM com pelo menos 05 (cinco) anos de prática forense, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) Os pronunciamentos da Procuradoria Geral, nos processos submetidos a seu exame e parecer, esgotam a apreciação da matéria no âmbito administrativo municipal, deles só podendo discordar o Chefe do Poder Executivo.

**12.** Assinale a alternativa correta, especificamente no que diz respeito às diretrizes traçadas na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo, sendo permitida a delegação de atribuições de um poder ao outro.
- (B) Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município.
- (C) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe exclusivamente a qualquer Vereador e ao Prefeito.
- (D) O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, por período superior a 05 (cinco) dias, sob pena de perda do cargo.

**13.** Considerando a temática que envolve os bens públicos, marque a opção certa.

- (A) Enquanto a autorização de uso destina-se à utilização de bem público atendendo ao interesse público, a permissão de uso diz respeito à utilização de bem público de modo privativo.
- (B) Os bens públicos são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) A doação de imóveis somente é permitida quando for destinada a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, exceto quando se tratar exclusivamente de programas habitacionais.
- (D) Não perdem a característica de bens de uso especial aqueles que, objetivando a prestação de serviços públicos, estejam sendo utilizados por particulares.

**14.** Assinale o item correto.

- (A) A desapropriação-confisco resulta da expropriação de glebas por permitirem o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, devendo as mesmas serem destinadas exclusivamente à reforma agrária.
- (B) A Constituição Federal de 1988 permite que os Estados-membros legislem sobre questões específicas de desapropriação, desde que autorizados por lei complementar da União.
- (C) Em razão do pacto federativo, prevalece no ordenamento jurídico brasileiro a impossibilidade de desapropriação recíproca, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam impedidos de desapropriar os bens uns dos outros.
- (D) Configuram pressupostos da imissão provisória na posse do imóvel expropriado a necessidade pública e o depósito prévio.

15. No que diz respeito aos serviços públicos, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A delegação legal revela-se como o processo de descentralização formalizada através de lei, tendo-se como exemplos as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (B) Em nome do princípio da solidariedade e da inclusão social, não constitui óbice à cobrança de remuneração por serviço público prestado o fato de o órgão ser beneficiário de orçamento público.
- (C) Na execução indireta, os serviços públicos são executados por entidades diversas das pessoas federativas, condição que, por si só, não torna o Estado isento de qualquer responsabilidade.
- (D) Através dos contratos de gestão, as organizações sociais recebem recursos do Estado para o desenvolvimento das suas atividades, dentre eles podendo-se incluir a cessão de servidor público e o uso de bens públicos.

16. Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a resposta correta.

- (A) Pela Teoria do Risco Administrativo, impera a responsabilidade objetiva do Estado, bastando ao administrado provar a culpa do agente que lhe causou o dano.
- (B) Em atenção ao princípio de que o ônus da prova incumbe a quem alega, ao administrado cabe provar, em sede de pretensão por ele formulada contra a Administração Pública, a existência do fato, do dano e do nexo de causalidade referente ao prejuízo (supostamente) causado pelo Estado, não se aplicando, neste caso, a inversão do ônus da prova.
- (C) Da mesma forma que ocorre com relação à conduta comissiva do Estado, a omissão da Administração Pública que causa dano ao particular só gera responsabilidade se restar comprovada a sua culpa.
- (D) Dissentindo da regra geral da prescrição quinquenal, a pretensão de reparação civil contra a Administração Pública prescreve em 03 (três) anos.

17. Especificamente sobre os contratos administrativos, marque o item correto.

- (A) A teoria do fato do príncipe, fundamentada na álea administrativa, pressupõe a possibilidade de rescisão contratual em razão de ato praticado pelo Estado que, embora lícito, modifica as condições do acordo celebrado e causa prejuízo ao contratado.
- (B) Apesar de ambas revelarem-se como instrumentos de delegação de serviços públicos ou de consentimento de uso de bem público, as concessões comuns e as concessões especiais diferem-se pelo fato de que, no primeiro caso (concessão comum), o concessionário recebe contrapartida pecuniária por parte do poder concedente.
- (C) De modo diverso do que se vê na execução de contratos privados, o particular não pode alegar a exceção de contrato não cumprido quando se trata de negócio celebrado com a Administração Pública, tudo em razão da continuidade do serviço público.
- (D) Apesar de ficar vinculado à vigência do respectivo crédito orçamentário, o contrato administrativo fica submetido à regra geral que permite a sua prorrogação de forma ampla, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

18. Com relação a licitações e contratos administrativos, assinale a opção **ERRADA**.

- (A) Subordinam-se ao regime da Lei Federal nº 8.666/1993 os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, devendo-se destacar que as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica serão submetidas a normas específicas de licitação e contrato, mediante aprovação de estatuto jurídico próprio.
- (B) Embora em ambos os casos o legislador tenha afastado a imposição da licitação, a dispensa e a inexigibilidade diferem-se uma da outra em razão das particularidades do caso concreto e da viabilidade do procedimento: enquanto na dispensa opta-se pela não obrigatoriedade por acreditar-se que a demora da realização da licitação não se coaduna com a celeridade que se espera para determinado tipo de contratação (ainda que seja a mesma factível), na inexigibilidade verifica-se que o procedimento licitatório em si é inviável.
- (C) A revogação da licitação, assim entendida como ato administrativo, revela os atributos de conveniência e oportunidade (mérito do ato administrativo), caracterizando-se como o típico ato discricionário e exigindo, para tanto, apenas a comprovação do interesse público.
- (D) Além da característica da oralidade, a qual permite que os licitantes lancem ofertas sucessivas para que a Administração Pública se beneficie com o menor valor da proposta, outro benefício da modalidade pregão é a inversão de fases, quando a habilitação ocorre somente após o julgamento das propostas.

19. Tratando-se de atos administrativos, identifique a opção certa.

- (A) Considerando que um dos atributos do ato administrativo é a autoexecutoriedade, pode-se afirmar que à Administração Pública é garantida a prerrogativa da imediata execução dos atos de sua competência, aí se incluindo a cobrança de multa e a desapropriação, por exemplo.
- (B) Uma vez que a conveniência e a oportunidade integram o mérito do ato administrativo, ao Poder Judiciário não é permitido imiscuir-se em questões dessa natureza quando da prática de ato formalmente legal por parte da Administração Pública, ainda que se identifique afronta aos princípios gerais do Direito.
- (C) Pela Teoria dos Motivos Determinantes, a motivação do ato praticado pelo Estado vincula a sua existência e a sua execução, de onde se pode concluir que o ato administrativo, em suas duas espécies (vinculado e discricionário), deve obrigatoriamente ser motivado, daí resultando a necessidade de congruência entre o motivo e o resultado do ato.
- (D) Uma vez percebida a existência de vício sanável, a Administração Pública pode promover a convalidação do ato administrativo correspondente, desde que o referido vício recaia sobre a competência, a forma e, excepcionalmente, sobre o objeto (apenas quando este for plúrimo).

20. Assinale a alternativa que apresenta informações verdadeiras acerca das pessoas administrativas do Estado.

- (A) Instituídas pela Lei Federal nº 11.107/2005, as associações públicas revelam-se como espécie de consórcio público e têm natureza de autarquia, a elas devendo-se atribuir todas as prerrogativas que a ordem jurídica dispensa às autarquias em geral.
- (B) Contrapondo-se à centralização, significa a descentralização o desmembramento de determinado ente federativo em órgãos diversos, com competências específicas, para propiciar melhoria na sua organização estrutural.
- (C) Uma vez criadas por lei, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações têm autonomia para instituir subsidiárias ou para ingressar como participantes em instituições privadas, de acordo com o previsto no art. 37, XX, da Constituição Federal de 1988.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não se sujeitam ao regime falimentar, exceto quando as mesmas desenvolvem atividades de caráter econômico empresarial.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Marque a opção que **NÃO** contém a caracterização correta das espécies de tributos, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- (A) IR: tributo de competência federal, incidente sobre a renda e os proventos de qualquer natureza, caracterizado pela generalidade, universalidade e progressividade.
- (B) IPTU: tributo de competência municipal, incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana, caracterizado pela progressividade.
- (C) IPI: tributo de competência federal, incidente sobre a comercialização de bens industrializados, caracterizado pela seletividade.
- (D) ICMS: tributo de competência estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, caracterizado pela cumulatividade.

22. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seção própria, as regras de repartição de receita tributária. Neste sentido, assinale a opção que traz a informação correta.

- (A) Cabe à lei ordinária estabelecer normas sobre a entrega dos recursos advindos de tributos cuja arrecadação seja de competência da União.
- (B) É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Estados e ao Distrito Federal, a título de repartição de receita tributária.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- (D) Pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

23. No que diz respeito ao crédito tributário, marque a opção certa.

- (A) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, não se sub-rogam.
- (B) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- (C) São hipóteses de suspensão do crédito tributário, de extinção do crédito tributário e de exclusão do crédito tributário o depósito do seu montante integral, a isenção e a transação, respectivamente.
- (D) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação falimentar.

24. Assinale a alternativa que se apresenta com informações corretas sobre obrigação tributária.

- (A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação não decorra de disposição expressa de lei.
- (C) A capacidade tributária passiva depende de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (D) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

25. Levando-se em conta o que determina o diploma que regulamenta a execução fiscal (Lei Federal nº 6.830/1980), marque a opção correta.

- (A) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, sem a devolução ao executado do prazo para embargos.
- (B) Após suspenso o curso da execução e arquivados os autos, se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, se provocado, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.
- (C) Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria de mérito e serão processadas e julgadas com os embargos.
- (D) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

**DIREITO CIVIL**

26. Marque a assertiva CORRETA acerca dos prazos prescricionais.

- (A) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público.
- (B) Prescreve em 4 (quatro) anos a pretensão de aluguéis para prédios rústicos ou urbanos.
- (C) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil.
- (D) Prescreve em 4 (quatro) anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

27. São relativamente incapazes, segundo o Código Civil vigente:

- (A) os menores de dezesseis anos, com ensino médio concluído.
- (B) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos.
- (C) os índios.
- (D) o menor de 21 anos e maior de 18 anos que esteja sob a guarda dos pais.

28. Sobre a validade do negócio jurídico, é CORRETO afirmar.

- (A) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente exigir.
- (B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- (C) O silêncio não importa em anuência, posto que expressa deve ser a manifestação de vontade.
- (D) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção.

29. O prédio onde funciona a Escola Municipal Bom Pastor, adquirido pelo Município por desapropriação direta é:

- (A) Bem público de uso comum do povo.
- (B) Bem público dominial.
- (C) Bem público de uso especial.
- (D) Bem público de uso coletivo.

30. Analise as assertivas abaixo:

I. As obrigações condicionais podem ser do tipo resolutiva e suspensiva, e se caracterizam por depender de um evento futuro e certo.

II. A perda da coisa a ser restituída, sem culpa de ambas as partes, leva em regra ao prejuízo do credor.

III. O descumprimento de uma obrigação de não fazer só permite à vítima pedir reparação por perdas e danos.

Marque a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- (B) Apenas a alternativa II é verdadeira.
- (C) Apenas a alternativa III é verdadeira.
- (D) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

31. Sobre a competência do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Para duas ações serem conexas, elas necessariamente devem ter o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.
- (B) Na continência, duas ações têm as mesmas partes e causa de pedir, mas os pedidos não mantêm relação entre si.
- (C) A ação acessória deve ser proposta ao mesmo juiz competente para julgar a ação principal.
- (D) A competência em razão da função, ao contrário da fixada em razão da matéria, pode ser derogada por convenção das partes.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) Apesar de gozar de direitos, o incapaz precisa estar representado pelos pais, tutores ou curadores para estar em juízo.
- (B) O incapaz, em qualquer caso, precisa de curador especial nomeado pelo juiz.
- (C) O réu preso revel, mesmo depois de ter sido constituído um advogado, será auxiliado por curador nomeado pelo juiz.
- (D) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, e não pela Defensoria Pública.

33. Marque a alternativa correta.

- (A) Os Estados e os Municípios devem se representados juridicamente apenas pelo seu procurador.
- (B) O representante em juízo de autarquia é, segundo o Código de Processo Civil, o seu presidente.
- (C) É dever das partes expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- (D) A partes devem produzir todas as provas que entenderem adequadas, ainda que elas sejam desnecessárias à defesa do direito.

34. Sobre as partes e os procuradores, marque a alternativa correta.

- (A) A renúncia a mandato por advogado pode ocorrer a qualquer tempo, desde que antes da realização da audiência de instrução.
- (B) O litisconsórcio unitário impõe ao juiz, pela natureza da relação jurídica, a necessidade de decidir o mérito da mesma maneira para todos os litisconsortes.
- (C) Ao contrário do litisconsórcio necessário, no litisconsórcio facultativo não se admite a limitação do número de litigantes na fase de conhecimento.
- (D) A fim de garantir o exercício do direito de defesa, a legislação não estabelece prazo para que o advogado exerça a vista dos autos de processo.

35. Sobre citação, assinale a alternativa correta.

- (A) A citação deve ser feita pela via postal, inclusive quando o citando for incapaz.
- (B) O autor pode requerer a realização da citação de forma diferente da postal, desde que o justifique.
- (C) Mesmo não sendo a regra do direito processual civil brasileiro, a citação por edital é bastante utilizada, dispensando-se, por isso, a necessidade de expressa previsão legal das situações em que ela couber.
- (D) Quando o citando for pessoa de direito público, a citação poderá ser feita pela via postal ou por meio de oficial de justiça, conforme requerer o autor.

36. NÃO é causa de suspensão do processo:

- (A) morte ou doença das partes, do seu representante legal ou procurador.
- (B) arguição de suspeição.
- (C) convenção das partes.
- (D) motivo de força maior.

37. Sobre a petição inicial, marque a resposta correta.
- (A) Para ser possível a cumulação de pedidos, todos devem adotar o mesmo tipo de procedimento.
  - (B) Não se pode formular pedido genérico quando, nas ações universais, mesmo que o autor não possa individualizar os bens demandados.
  - (C) O pedido pode ser alternativo, desde que caiba à outra parte, e não ao juiz, o direito de acolher um deles.
  - (D) O marco final para que o autor possa aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, é o saneamento do processo.

38. Segundo o Código de Processo Civil, **NÃO** são preliminares de mérito, ou seja, matérias que devem ser alegadas pelo réu antes da discussão do mérito:

- (A) Litisconsórcio.
- (B) Incorreção do valor causa.
- (C) Perempção.
- (D) Conexão.

39. Sobre a sentença, marque a opção correta.

- (A) A homologação pelo juiz da renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção não resolve o mérito.
- (B) Ainda que não resolva o mérito, o pronunciamento judicial não obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- (C) A única possibilidade de o juiz alterar a sua sentença depois de publicada a sentença é por meio de embargos de declaração.
- (D) Uma decisão judicial que empregue conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto da sua incidência no caso, não pode ser considerada fundamentada.

40. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Como regra, a decisão de questão prejudicial incidental faz coisa julgada mesmo que dessa resolução não depender o julgamento do mérito.
- (B) Os motivos só fazem coisa julgada se forem importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (C) A sentença faz coisa julgada entre as partes, mas acaba alcançando terceiros envolvidos com a questão discutida em juízo, seja para beneficiá-los ou prejudicá-los.
- (D) A verdade dos fatos, mesmo estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada.

## PROVA SUBJETIVA – QUESTÕES DISCURSIVAS

### QUESTÃO DISCURSIVA 01

*“O princípio (...) impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto”.*

(José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de Direito Administrativo**. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 22).

A partir do trecho acima, responda.

- a) A qual princípio constitucional se refere a passagem citada?
- b) Relacione esse princípio constitucional com a contratação temporária de servidores públicos para cargos em comissão e funções de confiança.

### QUESTÃO DISCURSIVA 02

Um dos principais pilares da noção de direito no ocidente é a percepção de que a constituição, além de ser uma lei, está em uma posição hierarquicamente superior às demais normas da ordem jurídica positiva. Desta forma, o controle de constitucionalidade passou a ser um tópico extremamente relevante nas últimas décadas.

Diante disso, responda as questões abaixo.

- a) Em que se diferenciam controle de constitucionalidade concreto e abstrato? Aponte dois aspectos dessa diferenciação.
- b) Apresente uma ação constitucional de controle abstrato, tratando da sua finalidade e apresentando três legitimados.

**FOLHA DE RASCUNHO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

**FOLHA DE RASCUNHO**

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	